



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – BANESPA

EVENTO: Audiência pública	Nº: 000086/02	DATA: 12/3/2002
INÍCIO: 18h34min	TÉRMINO: 18h54min	DURAÇÃO: 00h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h20min	PÁGINAS: 8	QUARTOS: 4
REVISORES: TATIANA		
SUPERVISÃO: SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: CLÁUDIA LUIZA		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

CARLOS ALBERTO FERRIANI – Delegado Regional do Banco Central do Brasil.

SUMÁRIO: Oitiva de testemunha.

OBSERVAÇÕES



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iara Bernardi) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 25^a Reunião. Tendo em vista a distribuição das cópias da ata da 24^a Reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Peço a dispensa da leitura da ata, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iara Bernardi) – Então, dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Robson Tuma. Em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada a ata. Ordem do Dia. Audiência pública para tomada de depoimento, na qualidade de testemunha, do Sr. Carlos Alberto Ferriani, Delegado Regional do Banco Central do Brasil. Convido o Sr. Carlos Alberto Ferriani para tomar assento à mesa, por favor. Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 18, do Deputado Lamartine Posella, aprovado em 17 de outubro de 2001. Queremos lembrar a cada Deputado inscrito que, ao fazerem suas indagações, terão direito à réplica e à tréplica, assim como terá o depoente. A presente reunião destina-se à oitiva de testemunha, portanto, solicito ao Sr. Carlos Alberto Ferriani que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito a todos que fiquem em pé para ouvir o juramento.

O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iara Bernardi) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: "...fazer



afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral; pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa”. Com a palavra o Sr. Carlos Alberto Ferriani, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, gostaria de, antes das perguntas, fazer algumas considerações. Espero ser breve e tenho a impressão de que essas considerações como que esgotam aquilo que eu poderia prestar no depoimento para contribuição dos trabalhos. Eu fui funcionário do Banco Central durante 31 anos. Aposentei-me no final de 1995 por tempo de serviço e me aposentei no cargo de Delegado Regional em São Paulo. Fui investido nessa função no ano anterior, em junho de 1994, e exercei, portanto, essa função durante um ano e meio, mais ou menos. Com relação ao episódio objeto desta CPI, o que me ocorre dizer, como palavras iniciais, é que tomei conhecimento dos fatos quando fui indicado Delegado pelo então Presidente do Banco Central, ocasião até em que fiquei um tanto desconfortável, porque, na chamada sabatina a que fui submetido, o então Presidente me perguntou sobre a situação do BANESPA, e digo que me senti desconfortado porque eu não sabia o que dizer. Sabia, por notícias veiculadas pela imprensa, que o Estado de São Paulo bem como outras Unidades da Federação encontravam-se endividadas com a União. E não tinha mais nada a dizer para o então Presidente sobre a relação Banco Central com o BANESPA naquele momento em que eu poderia vir a ser designado Delegado Regional. Fui investido na função em junho de 94 e, no final desse ano, recebi telefonemas — mais de um — do então Diretor da Área de Fiscalização, Sr. Edson Sabino, no sentido de que sugerisse nomes da delegacia, dentre funcionários da ativa e aposentados, para comporem



comissão, para comporem um grupo composto por eventuais diretores de duas instituições que, eventualmente, seriam liqüidadas ou colocadas sob um estado de intervenção ou um regime especial — a Caixa Econômica do Estado de São Paulo e o BANESPA. Imediatamente, chamei os Chefes de Divisão e pedi a eles que me indicassem os nomes dos supervisores, dos funcionários ligados à área de fiscalização que estivessem afeitos a esses assuntos. Pedi até que fossem indicados os nomes mais expressivos que tínhamos na delegacia e sugerí esses nomes dos dois grupos ao então Diretor de Fiscalização. Passados alguns dias, foi então realizada a intervenção no BANESPA apenas, não na Caixa Econômica, e os nomes que eu havia sugerido foram acolhidos pelo Diretor e formaram aquele chamado Conselho Diretor. O regime estabelecido foi o do Decreto-Lei nº 2.321, o chamado RAET, e esses membros formaram um grupo que escolheria seu presidente e, depois disso, não que tenha-me afastado, mas nunca interferi diretamente. Aliás, a função de delegado, nas delegacias, era meramente representativa. Não havia nenhuma interferência nas decisões que o Banco Central tomava com relação a estes fatos, liqüidação, intervenções. O delegado apenas cuidava de indicar os nomes para comporem as comissões, como comissão de inquérito; a mesma coisa foi realizada com relação à Comissão de Inquérito. Na qualidade de Delegado, pedi ao Departamento Jurídico, à Divisão Regional que indicasse um advogado, porque normalmente a comissão é presidida por um advogado, e ao setor de fiscalização outros nomes para comporem a Comissão de Inquérito. E assim se fez. Nunca participei de trabalhos juntamente com a Comissão de Inquérito, muito menos com o Conselho Diretor, mesmo porque não me cabia isso, e tomava conhecimento de uma ou outra coisa relacionada com esses episódios, assim, de passagem. Conhecimentos que eram muito vagos. Lembro-me



de que, nessa ocasião, discutia-se, e talvez mais até pelas notícias veiculadas pela imprensa, que o problema do BANESPA era a dívida do Estado. Se a dívida do Estado fosse considerada um passivo para o BANESPA, então, o BANESPA tinha patrimônio líquido negativo e, portanto, estava sujeito a um regime especial; caso contrário, não. Eram as notícias que me acudiam. Lembro-me também de, passado algum tempo, meados de 95 — porque parece que a intervenção ocorreu no finalzinho de 94 —, e passado algum tempo, não sei precisar quanto, houve uma reunião na Delegacia Regional de São Paulo e fui convidado para essa reunião, mas devo dizer que fui convidado, acredito, por uma especial deferência do Presidente do Banco Central, porque, enfim, a reunião estava sendo realizada na delegacia e o delegado podia nem estar sabendo. Então, o Presidente na época, o Sr. Gustavo Loyola, pediu que a Secretaria dele me convidasse para participar da reunião. Não sabia do que se tratava, não sabia o que ia se falar lá nessa reunião. Fui e lá encontrei diversos funcionários da casa, funcionários que estavam fazendo parte da Comissão de Inquérito. Logo chegaram outros funcionários aqui de Brasília, e o que se discutiu lá foi que destino dar ao BANESPA. Fui meramente um ouvinte nessa sessão. Não me foi perguntado nada, pelo que me lembro. Não fiz nenhuma ponderação, porque não me cabia fazer. E até agora, recentemente, quando soube pelo jornal que poderia vir a ser intimado para prestar depoimento nesta Comissão, estranhei, porque não tinha o que acrescentar àquilo tudo, pelo que se sabe, por jornal também, que já tinha sido objeto de depoimentos anteriores. Isso foi no final do ano passado. Achei até que o assunto tinha sido afastado e agora, recentemente, na semana passada, recebi essa intimação e procurei refrescar na minha memória esses fatos que acabo de relatar aos Srs. Deputados e à Sra. Presidenta. Acho que, em resumo, é isso que eu colocaria como palavras iniciais.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lara Bernardi) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou querendo reavivar minha memória, mas me lembro que disseram que o senhor não estava na reunião. Agora, isso me causou uma dúvida, já que o senhor disse que foi convidado e esteve na reunião.

O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Eu estive numa reunião, Deputado. Eu não sei a que reunião V.Exa. se refere.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, a grande reunião, só houve uma. Pelo menos, até agora. Em alguns momentos, pode ter havido dúvida da existência de mais de uma, mas até então, só houve, realmente, a comprovação de uma reunião. E, em todas essas discussões, nunca se disse aqui taxativamente que se estava discutindo o destino do BANESPA. Discutia-se se isso, se aquilo, como é que estava o balanço, como é que não estava, como se fazia, e a Comissão sempre disse: “Então, estavam discutindo o destino do BANESPA”. Se era negativo ou se era positivo o seu balanço. Certo?

O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Certo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E o senhor está aqui confirmando que é certo. Eu, por enquanto, sinto-me extremamente satisfeito com as poucas palavras que o senhor me falou para esclarecer mais um ponto desse, não sei se descuidado — até o Presidente Fleury está aqui —, e como nós estamos vivendo as sessões juntos, vou até repetir para ver se o Deputado Fleury me reativa a memória. A grande discussão é que o delegado não tinha participado da reunião, e nós aqui discutíamos, em outros momentos, por que não foi convidado o delegado. Na exposição inicial, o Dr. Carlos Alberto disse: “Fui convidado e estive presente na



reunião, onde havia vários funcionários". E que nessa reunião foi discutido somente o destino do BANESPA, tendo sido nela apenas um ouvidor; só ouviu, não participou de forma atuante dessa reunião. Nós discutimos aqui, com vários elementos, sobre a tal reunião, se era ou não para resolver o destino do BANESPA, e todos diziam que não, mas obviamente com respostas que nos levavam a crer isso. E agora tivemos uma testemunha viva, presente na reunião, o que nós nem sequer sabíamos, dizendo que a reunião era pura e simplesmente para saber se era negativo ou positivo e qual seria o destino do BANESPA. Então, eu, como Relator, sinto-me extremamente satisfeito já com a exposição e não vejo nem necessidade de fazer qualquer pergunta ao Sr. Carlos, já que ele só participou como ouvinte da reunião e, obviamente, já nos esclareceu, como ouvinte que foi, o que precisávamos saber. Devo esclarecer a V.Sa., aos demais membros, aos assessores e às pessoas que aqui estão que não pretendo pedir nova prorrogação. Pode até haver necessidade de se pedir nova prorrogação. Se houver, obviamente, a pedirei e farei com a maior tranquilidade, porém, não pretendo. Estou em fase de elaboração do relatório final, aguardando somente serem ouvidas algumas novas testemunhas, já aprovadas pela Comissão. Inclusive, se alguma delas ainda não tiverem sido aprovadas, também não há impedimento de aprovarmos em requerimento apresentado à Comissão, para que possamos terminar, definitivamente, o mais rápido possível, a verdadeira história do BANESPA, pedindo providências, pedindo encaminhamento ao Ministério Público, pedindo indiciamentos, o que faremos com a maior tranquilidade. E se, em qualquer momento, houver necessidade de se pedir prisões, também o faremos. Porém, quero deixar claro que estou entrando no início da elaboração do relatório final da Comissão. Não pretendo pedir, repito, prorrogação. Se houver necessidade, a pedirei, já tendo o apoio do meu partido, o



PFL, porém não é essa a pretensão que temos. Então, eu gostaria, da minha parte, de agradecer ao senhor a participação, dizer que fiquei surpreso com sua resposta e, obviamente, nós não precisamos aqui ficar nos estendendo e fazendo perguntas, se o intuito era realmente saber sobre a reunião. Perguntaria ao senhor se saberia responder por que não foi convidado, mas, como o senhor disse que foi convidado, esteve presente, participou, ouviu, e já disse o que queríamos, o que aconteceu, fico satisfeito. Muito obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Só gostaria de acrescentar que eu fui convidado, acredito, por uma especial deferência do Presidente Loyola, porque ele estava usando o espaço da delegacia e não ficaria bem o delegado não estar presente. Acho que foi só por isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Também concordo com ele. Se não o convidasse, seria estranho. Foi o que nos causou estranheza. Porém, o que importa é o testemunho do senhor do que aconteceu na Comissão. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, eu acho que, se o Relator já encerra, eu também abro mão. Acho que não tenho nada mais a acrescentar e dou, da minha parte, por dispensado o meu direito de fazer perguntas ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dr. Ferriani, só teria duas perguntas a fazer rapidamente ao senhor. O senhor é funcionário do Banco Central ainda hoje ou está aposentado?

O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Não, senhor. Estou aposentado desde 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Desde 95. O senhor trabalhou quantos anos no Banco Central?



O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Trinta e um anos. Como delegado, um ano e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Trinta e um anos. Um ano e meio como delegado?

O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor se recorda de alguma outra reunião que tivesse ocorrido, da Diretoria do Banco Central com uma comissão de sindicância semelhante a que o senhor presenciou?

O SR. CARLOS ALBERTO FERRIANI – Não me recordo. Em São Paulo, pelo menos, não me ocorre que tenha... Eu não me recordo de nenhuma outra. Não estive presente em nenhuma outra reunião. Só nessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só nessa? Eu não tenho mais perguntas a fazer. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para amanhã, às 14h30min, com a seguinte pauta: audiência pública para tomada de depoimento da testemunha João Roberto Egydio Pizza Fontes, advogado. Agradecendo a presença do senhor e pedindo-lhe escusas por não ter participado desta reunião, porque aqui temos vários Comissões ao mesmo tempo, declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.